

## A EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO PERÍODO DA LEGISLATURA

O INE publicou recentemente o Inquérito ao Emprego referente ao 2º trimestre deste ano, o que significa que esta é a última publicação desta operação estatística antes da realização das eleições legislativas de 27 de Setembro. Será pois interessante procurar retirar algumas conclusões baseadas na evolução de algumas variáveis e de indicadores considerados da maior relevância na abordagem da situação do mercado de emprego.

É o que se faz a seguir, sendo coberto o período de 2004 (ano anterior ao início da legislatura) a 2009. Tem-se sempre como referência o segundo trimestre, pelo que os dados actuais podem não coincidir com dados mais divulgados pelo facto de a comparação ser feita, não anualmente, mas num mesmo trimestre do ano. Em qualquer dos casos, o que importa sobretudo reter são as tendências de evolução. O 2º trimestre constitui uma boa referência de observação atendendo existirem menores variações sazonais de actividade, ser em 2005 o trimestre de início da entrada em funções do presente Governo e ser em 2008 o trimestre anterior à recessão. Usa-se sempre como fonte o Inquérito ao Emprego do INE, salvo outra indicação. Os dados são apresentados em milhares.

A observação dos dados seleccionados permite retirar 5 conclusões:

### 1º Existem poucos ganhos em termos de participação na actividade económica

A taxa de actividade é um indicador de participação da população na actividade económica, sendo medida pela relação entre a população activa (que abarca o emprego e o desemprego) e a população total. A elevação da taxa de actividade é importante se tivermos em conta que a participação na actividade económica pode constituir um importante factor de integração social (desde que as pessoas estejam empregadas), de financiamento das políticas sociais e de participação no mercado de trabalho dos grupos sociais. Inversamente, o envelhecimento da população e a entrada mais tardia no emprego dos jovens faz baixar a taxa de actividade.

Os números do quadro mostram existirem escassos ganhos em termos de taxa de actividade no período. Há melhoria até 2008 mas com a crise a taxa de actividade tem uma diminuição significativa, muito em resultado das grandes fragilidades estruturais com que o país se debate. Esta redução terá funcionado como um travão ao aumento do desemprego. Houve mais pessoas que deixaram de procurar trabalho pelo que passaram a ser incluídas na população inactiva.

#### Taxa de actividade (%)

	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Taxa de actividade	52,5	53,1	52,8	52,8	52,4	52,1
Taxa de actividade H	57,5	58,3	58,0	58,3	57,9	58,1
Taxa de actividade M	47,8	48,2	47,9	47,6	47,3	46,5

Fonte: INE

A taxa de actividade das mulheres aumentou no período mesmo com a crise económica, ainda que predominantemente num quadro de precariedade. Ao invés, os homens reduziram a actividade e terão sido mais atingidos pela crise. Apesar desta evolução, continua a existir uma importante diferença entre as taxas de actividade masculinas e femininas, de cerca de 10 pontos percentuais. Se bem que a partilha das responsabilidades familiares respeitem a mulheres e a homens, a verdade é que, na prática, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é, ainda, prejudicada pela permanência de obstáculos de diferente natureza (por exemplo, a persistência de desigualdades, ou a não disponibilidade de mais infra-estruturas de apoio à família, particularmente à primeira infância).

## **2º O desemprego manteve uma tendência de subida, que remonta a 2002, e se acentuou com a recessão**

### **Superior área euro**

O desemprego passou de cerca de 400 mil em 2005 para mais de meio milhão em 2009. A actual taxa de desemprego é uma das mais elevadas das últimas décadas, tendo-se agravado substancialmente com a recessão. Mas a tendência para a subida era anterior, remontando a 2002. Recorde-se que em 2000 a taxa de desemprego era de 4%, tendo subido ligeiramente em 2001.

Esta tendência está associada a uma crescimento lento: entre 2001 e 2008 o crescimento médio é inferior a 1% e este ano declinará. Apesar de haver desfasamentos entre a evolução do produto e do emprego, observa-se que em períodos em que o crescimento é inferior a 2% a taxa de desemprego tende a subir.

### **Desemprego oficial**

	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Nº desempregados	507,7	409,9	440,5	405,6	399,3	347,3
Taxa de desemprego	9,1	7,3	7,9	7,3	7,2	6,3
Mulheres	9,5	8,4	6,5	6,4	8,1	7,2
Jovens	18,7	14,3	15,3	14,8	15,3	14,0
Desemprego longa duração (%)	46,3	50,1	49,1	53,0	48,7	54,9

Fonte: INE

É de salientar que se está a usar a noção de desemprego oficial a qual é usada para fins de comparação internacional, mas não contabiliza nem os inactivos disponíveis nem o subemprego visível (estas duas categorias abrangem mais de 120 mil trabalhadores no 2º trimestre de 2009).

Os jovens são os mais afectados pelo desemprego, sendo a taxa de desemprego 2,1 superiores à taxa de desemprego geral. Não há progressos sensíveis nesta relação ao longo das duas últimas décadas, embora haja uma melhoria face ao período de 2001 a 2004 em que foi de 2,3. A taxa de desemprego feminino manteve-se sempre acima da taxa de desemprego global (1 ponto percentual acima em termos médios).

É muito grave que o desemprego de longa duração tenha abrangido perto de metade dos desempregados na média do período, situação que pode conduzir milhares de portugueses e portuguesas a exclusão social. A diminuição ocorrida em 2009 será devida à entrada de novos desempregados.

### 3º O nível de emprego reduziu-se sendo a quebra muito forte em 2009

O nível de emprego reduziu-se no período da legislatura, o que foi devido à crise económica. A quebra do emprego é muito elevada entre 2008 e 2009 tendo sido destruídos 152 mil empregos. Este número espelha a violência da crise a que há, pelo menos, que acrescentar os 15 mil trabalhadores abrangidos por processos de redução temporária de actividade das empresas (vulgo “lay-off”) e os trabalhadores com salários em atraso, categorias que são incluídas na população empregada.

#### **Evolução do emprego, milhares**

	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Emprego	5076,2	5228,1	5146,6	5180,8	5132,0	5124,6
Varição (%)	-2,9	1,6	-0,7	1,0	0,1	
Agricultura...	551,3	587,4	605,8	615	604,6	619,1
Indústria...	1444,6	1539,6	1568,3	1573,7	1565,9	1601,3
Transformadoras	863,3	906,3	953,8	976,9	973,1	
Serviços	3080,3	3101,0	2980,5	2992,1	2961,5	2904,2

Fonte: INE

A evolução do emprego por sectores de actividade indica que apenas há criação de emprego no sector de serviços (comércio, serviços, transportes, etc.). A diminuição do emprego é muito significativa na indústria (indústria, construção, energia e água), sobretudo nas indústrias transformadoras que perdem mais de 100 mil empregos, o que indicia o reforço da tendência de uma perigosa desindustrialização do país, e enfraquecimento da agricultura e pescas e reforça a necessidade de se privilegiar a dinamização das actividades produtivas, nomeadamente, de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade.

### 4º Precariedade agravou-se

A precariedade acentuou-se ao longo do período. Os contratos de trabalho não permanentes (contratos a prazo, trabalho eventual, contratos de prestação de serviço e outros, etc.) chegaram a atingir mais de 950 mil trabalhadores em 2008, tendo diminuído com a crise económica. Estes dados traduzem uma desregulamentação de facto do mercado de trabalho a qual será mais profunda se atendermos ao facto de ser provável uma subestimação da prestação de serviços (os chamados “recibos verdes”). Os jovens são particularmente abrangidos pela precariedade, o que se agravou neste período. Segundo um estudo feito pela CGTP-IN a incidência da precariedade passou nos jovens (15 a 24 anos) passou de 44% em 2005 para 53,7% em 2008 (dados do primeiro trimestre).

### **Peso dos contratos não permanentes**

	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Assalariados	3873,6	3978,3	3895,3	3895,1	3813,3	3798,8
Permanente	3030,5	3053,4	3031,5	3109,1	3071,5	3044,5
Não permanente	843,1	924,9	863,8	786,0	741,8	754,3
Precariedade (%)	21,8	23,2	22,2	20,2	19,5	19,9

Fonte: INE

O peso dos contratos não permanentes nos trabalhadores por conta de outrem é hoje superior a 20% (1 em cada 5 assalariados) e mostra uma clara tendência de crescimento. A redução de 2009 exprime o facto de em período de crise terem sido estes os primeiros trabalhadores a serem despedidos (não renovação dos contratos).

Estes dados significam que o crescimento do emprego no período anterior à recessão (2005 a 2008) se fez através de empregos precários: “mais empregos” não significa necessariamente “melhores empregos”, os quais são vitais para o desenvolvimento do país.

Entretanto, o Governo continua a dar maus exemplos, como é o caso do recente processo de colocação de professores ...

A observação da evolução das qualificações na presente década também indicia que são de má qualidade muitos dos empregos criados. Esta evolução evidencia duas realidades: o aumento dos quadros, superiores e médios, e de profissionais não qualificados coexiste com a baixa qualificação de uma parte significativa do emprego. Na presente década aumentou a percentagem dos trabalhadores com menores qualificações (os profissionais semiquualificados e os não qualificados), que representam perto de um terço dos assalariados em 2007. Muitos dos empregos que estão a ser criados, sobretudo nos serviços, continuam a obedecer ao padrão de baixos salários, baixas qualificações e precariedade.

### **Estrutura das qualificações (%)**

	2007	2005	2000
Quadros superiores	6,9	6,0	5,1
Quadros médios	4,7	4,9	3,1
Encarregados e chefias	3,8	4,0	3,8
Prof. altamente qualificados	7,5	7,3	6,1
Prof. qualificados	41,0	42,0	44,3
Prof. semi-qualificados	17,2	16,6	16,7
Prof. não qualificados	14,1	14,0	13,4
Praticantes e aprendizes	4,8	5,1	7,6
P. semiquualificados + não qualificados	31,3	30,7	30,1

Fonte: Obtido a partir dos Quadros de Pessoal. Os trabalhadores cujo nível de qualificação é desconhecido foram diminuídos do total.

## **5º Existe um défice de cobertura nas prestações de desemprego**

Existe um claro défice de cobertura nas prestações de desemprego (subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego). Em Maio, cerca de 184 mil desempregados não acediam a estas prestações. Mesmo que apenas considerássemos a procura de novo emprego, já que o sistema de protecção no desemprego não abrange os que não contribuíram para a segurança social, ainda assim obtínhamos 134 mil desempregados.

A evolução da cobertura indica que houve uma melhoria entre 2008 e 2009, ou seja, grosso modo, no período de recessão económica. Porém, o número de desempregados em acesso às prestações de desemprego passou de 165 mil em 2008 para 184 mil em 2009. Por outro lado, se analisarmos um período mais alargado, constatamos que há uma regressão em relação a 2005 e 2004.

O esgotamento das prestações de desemprego sem que os beneficiários sejam reinseridos no mercado de trabalho explicará essa evolução.

#### **Cobertura das prestações de desemprego**

	2009	2008	2007	2005	2004
Nº beneficiários	323,9	245,0	265,2	303,9	291,1
Subsídio de desemprego	222,4	168,5	193,5	231,1	214,7
Subsídio social desemprego	101,5	76,5	71,7	71,7	76,4
Desempregados					
Total	507,7	409,9	440,5	399,3	347,3
Desempr. procura novo emprego	457,9	359,6	386,1	351,3	307,3
Cobertura (%)					
Total	63,8	59,8	60,2	76,1	83,8
Desempr. procura novo emprego	70,7	68,1	68,7	86,5	94,7

Fonte: INE e MTSS (Boletim Mensal de Estatística)

Notas: nº beneficiários: os dados referem-se a Junho, excepto 2004 (Julho) e 2009 (Maio)

Estas situações conduzem ao empobrecimento dos trabalhadores e das suas famílias.